

ImpulsoGov

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da

ImpulsoGov

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da ImpulsoGov (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ImpulsoGov em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

A Entidade adota como prática efetuar os pagamentos de remuneração de alguns de seus funcionários pelo regime de contratação de pessoa jurídica. O montante de R\$ 1.523.599 (R\$1.203.914 em 2022) e as informações sobre a natureza dessas obrigações tributárias e os encargos sociais incidentes sobre os pagamentos efetuados dessa remuneração não foram reconhecidas nas demonstrações financeiras e também não foram divulgadas em notas explicativas. Se essas obrigações tributárias e os encargos sociais tivessem sido reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o superávit do exercício seria reduzido em R\$ 319.685 (2022: R\$ 725.320), o passivo circulante seria aumentado e o patrimônio líquido seria reduzido em R\$ 1.523.599 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.203.914 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

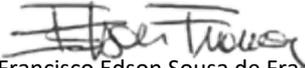
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de janeiro de 2025

KPMG Assurance Service Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Francisco Edson Sousa de França
Contador CRC CE 019801/O-0

ImpulsoGov

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.808.624	2.346.096	Obrigações sociais e trabalhistas a recolher		8.053	7.560
Recursos vinculados à projetos	4	2.024.508	655.685	Tributos a recolher	5	46.205	41.137
Contas a receber		250.000	457.665	Outras obrigações	6	29.397	39.006
Adiantamentos		<u>21.381</u>	<u>4.770</u>	Projetos a executar	7	<u>1.976.703</u>	<u>656.614</u>
Total do ativo circulante		5.104.513	3.464.216	Total do passivo circulante		2.060.358	744.317
				Patrimônio líquido	9		
				Patrimônio Social		2.719.899	1.644.797
				Superávit do exercício		<u>324.256</u>	<u>1.075.102</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>3.044.155</u>	<u>2.719.899</u>
Total do ativo		<u>5.104.513</u>	<u>3.464.216</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>5.104.513</u>	<u>3.464.216</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ImpulsoGov
Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	2.023	2.022
Receitas operacionais			
Sem restrição			
Receita de doações	11	1.715.600	1.270.378
Receita de vendas de bens e serviços líquida	11	839.295	1.544.639
Outras receitas		930	15.262
Receita de trabalho voluntário	12	38.500	36.800
Gratuidades	12	-	336.500
Com restrição			
Receita de projetos vinculados	11	3.783.975	2.299.728
		6.378.300	5.503.307
Despesas operacionais			
Sem restrição			
Despesas gerais e administrativas	13	(418.362)	(413.072)
Despesas serviços de terceiros	14	(1.283.051)	(884.915)
Despesas com pessoal	15	(676.834)	(523.994)
Despesas com provisão para perdas esperadas		-	(183.546)
Despesas tributárias		(89.114)	(71.202)
Despesas de trabalho voluntário	12	(38.500)	(36.800)
Despesas com gratuidades	12	-	(336.500)
		(2.505.861)	(2.450.029)
Com restrição			
Despesas gerais e administrativas		(445.247)	(138.848)
Despesas serviços de terceiros	14	(3.045.385)	(1.692.283)
Despesas com pessoal		(277.269)	(285.911)
Despesas tributárias		(8.000)	(128.471)
		(3.775.901)	(2.245.513)
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras		96.539	807.765
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	16	(45.137)	(11.089)
Receitas financeiras	16	272.855	278.426
		227.718	267.337
Superávit do exercício		324.256	1.075.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ImpulsoGov

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	324.256	1.075.102
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>324.256</u></u>	<u><u>1.075.102</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ImpulsoGov

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávits acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	683.346	961.451	1.644.797
Superávit do exercício	-	1.075.102	1.075.102
Transferência do superávit acumulado de 2021	<u>961.451</u>	<u>(961.451)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.644.797</u>	<u>1.075.102</u>	<u>2.719.899</u>
Superávit do exercício	-	324.256	324.256
Transferência do superávit acumulado de 2022	<u>1.075.102</u>	<u>(1.075.102)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.719.899</u>	<u>324.256</u>	<u>3.044.155</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ImpulsoGov

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício	324.256	1.075.102
Ajustes por:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	183.546
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados à projetos	(1.368.823)	(655.685)
Contas a Receber	207.665	(639.889)
Adiantamentos	(16.611)	4.410
Aumento/(redução) nos passivos em		
Obrigações trabalhistas e sociais a recolher	493	1.390
Tributos a recolher	5.068	(5.716)
Outras obrigações	(9.609)	19.527
Projetos à executar	1.320.089	656.614
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>462.528</u>	<u>639.299</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>462.528</u>	<u>639.299</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.346.096	1.706.797
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>2.808.624</u>	<u>2.346.096</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>462.528</u>	<u>639.299</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A ImpulsoGov (“ImpulsoGov” ou “Entidade”) sediada a Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012 – Jardim Paulistano – São Paulo – SP, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 20 de março de 2020, destinada a fortalecer a capacidade institucional do setor público brasileiro por meio da facilitação e aprimoramento da implementação de políticas públicas que tem como propósito ajudar a corrigir um gargalo para a melhoria da saúde pública brasileira onde inúmeros dados são gerados na prestação dos serviços públicos de saúde, mas poucos são transformados em informação útil para retroalimentar e aprimorar as políticas públicas.

Identificar com antecedência o crescimento de doenças na população para aplicar medidas de prevenção, projetar a demanda por atendimento para planejar a infraestrutura hospitalar, identificar prioridades para organizar o calendário de visitas dos agentes comunitários de saúde, são alguns exemplos da transformação que o uso de dados pode trazer para a saúde pública.

As fontes de recursos da ImpulsoGov são compostas por doações recebidas de pessoas jurídicas e das prestações de serviços de consultoria as organizações que atuam no apoio a projetos de saúde e que contratam o desenvolvimento de produtos da ImpulsoGov capazes de apoiá-las no atingimento de seus objetivos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 9 de janeiro de 2025.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A Administração não identificou e não efetuou julgamentos críticos no processo de elaboração dessas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber.

(iv) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

c. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

d. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

e. Contingências

De acordo com o CPC 25, as provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

A ImpulsoGov reconhece a provisão para riscos civis e trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança. Em 2023 a entidade não enfrenta riscos prováveis de desembolso.

A Entidade após emissão do parecer jurídico voltado para a análise do risco trabalhista dos cargos de Gestão, fica registrado em nota explicativa o valor apurado de R\$ 495.842 no ano de 2023.

f. Receita das atividades

(i) Doações

A Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas que apoiam de forma voluntária os trabalhos desenvolvidos pela ImpulsoGov e são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência.

(ii) Receita de bens e serviços

São oriundas de prestação de serviços a organizações que atuam no apoio a projetos de saúde e desenvolvimento de plataformas online focadas em melhorar a coleta e análise de dados e são reconhecidas quando na prestação de serviço do cliente.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive dos membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Recursos livres	2023	2022
Caixa e bancos	54.130	8.564
Aplicações financeiras	2.754.494	2.337.532
	2.808.624	2.346.096
	2023	2022
Recursos vinculados à projetos		
Caixa e bancos	30	-
Aplicações financeiras	2.024.478	655.685
	2.024.508	655.685

As referidas aplicações financeiras não possuem cláusulas restritivas quanto ao resgate, podendo ser resgatada a qualquer momento, remuneradas as taxas de 85% à 100% do CDI, nos anos de 2023 e 2022.

5 Tributos a recolher

	2023	2022
COFINS a recolher	36.159	34.823
ISSQN a recolher	2.487	-
IRRF a recolher	6.757	6.159
Outros	802	155
	46.205	41.137

6 Outras obrigações

	2023	2022
Fornecedores	16.988	24.802
Adiantamentos de clientes	12.409	11.627
Outros	-	2.577
	29.397	39.006

7 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

<u>Descrição Custo</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Valores</u> <u>Recebidos</u>	<u>Captação de</u> <u>Recursos</u>	<u>Rendimentos</u> <u>Financeiros</u>	<u>Consumo</u> <u>Movimentação</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2023</u>
Impulso Previne (a)	-	3.732.160	6.965	16.022	(2.742.386)	1.012.763
Saúde Mental (b)	656.614	1.334.166	875	13.874	(1.041.589)	963.940
						-
Total projetos à executar	656.614	5.066.327	7.840	29.897	(3.783.975)	1.976.703

Valores recebidos - referem-se aos montantes recebidos para incentivo aos projetos vinculados.

Captação de Recursos – referem-se aos valores de descontos e devoluções.

Rendimentos Financeiros – referem-se as receitas de rendimento sobre aplicações financeiras.

Consumo - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

- (a) **Impulso Previne:** É uma solução digital que centraliza em uma plataforma dados, análises e recomendações sobre o programa de financiamento federal da Atenção Primária, para apresentá-los de forma rápida e descomplicada aos gestores de saúde.
- (b) **Saúde mental:** É uma solução gratuita, voltada a apoiar a gestão dos serviços de saúde mental municipal. A partir de dados abertos, apresentam um panorama sobre o cuidado oferecido pela

Rede de Atenção Psicossocial e sobre a relação desta com as demais redes de saúde que atendem demandas de saúde mental no município

8 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não possuía processos ou questionamentos de natureza cível, trabalhista e tributária, classificado por seus assessores jurídicos como risco de perda provável ou possível, que possam vir a requerer a constituição de provisão para contingências ou que tivessem de ser divulgados.

9 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e/ou déficits acumulados.

a. Superávit do exercício

Após sua aprovação pelos conselheiros da Associação, são transferidos para o patrimônio social. O resultado do exercício da Associação fica registrado nessa conta, apenas enquanto não ocorrem as devidas deliberações.

10 Remuneração da administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho porém prevê remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinadas à manutenção e suas atividades.

A remuneração do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva) inclui salários, benefícios e encargos e o montante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 461.502 (R\$ 353.520 em 2022).

11 Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Doações	1.715.600	1.270.378
Projetos vinculados (b)	3.783.975	2.299.728
Vendas de serviços (a)	839.295	1.544.639
Impostos incidentes	(31.503)	(126.087)
Outras Receitas	930	15.262
	<u>6.308.297</u>	<u>5.003.920</u>

- (a) Receita referente a prestação de serviços e desenvolvimento de projetos que atuam com a finalidade de uso inteligente de dados e tecnologia no Sistema Único de Saúde –SUS, sendo os principais:

Coronacidades.org: Plataforma online desenvolvida para apoiar municípios e estados brasileiros na resposta ao coronavírus, com análise de dados, ferramentas e atendimento especializado.

Vetores impulsionando governos: Programa desenvolvido para alocação de profissionais trainees em gestão pública do Vetor Brasil nos comitês e gabinetes de crise criados para responder à pandemia nos estados de Alagoas, Amapá, Ceará e Maranhão. Os profissionais alocados recebem apoio técnico e metodológico da ImpulsoGov para apoiar a gestão estadual no

aprimoramento da coleta e análise de dados relacionados ao coronavírus. As soluções foram desenvolvidas de acordo com as prioridades e o cenário de cada estado.

Programa de apoio à gestão da crise do Instituto Votorantim e BNDES: Consultoria especializada para municípios parceiros do Instituto Votorantim e BNDES na gestão da crise causada pela pandemia do Covid-19. O trabalho englobou o suporte na criação de planos de ação focados em vigilância; impactos fiscais; governança; comunicação; e assistência. Também inclui a oferta de metodologias e ferramentas da plataforma CoronaCidades para apoiar na priorização e solução dos problemas municipais relacionados ao coronavírus.

Retomada econômica e educacional no Rio Grande do Sul: Desde o início da pandemia a entidade apoia o comitê de dados do estado do Rio Grande do Sul em análises, estudos e materiais para informar o plano de retomada econômica (distanciamento controlado) e planejamento da retomada das aulas presenciais de forma segura e responsável.

Níveis de alerta com a Vital Strategies: O projeto oferece apoio para estados e municípios na definição e acompanhamento de indicadores-chave que possibilitem a implementação de um plano de nível de alerta, integrando as principais políticas relacionadas à Covid-19 em cada localidade.

Saúde na cidade: Uma iniciativa da ImpulsoGov, IEPS e Instituto Arapyaú, a agenda saúde na cidade traz propostas para responder aos desafios da atenção básica nos municípios brasileiros e orientar a gestão pública.

(b) Projetos com recursos vinculados:

Impulso Previne: É uma solução digital que centraliza em uma plataforma dados, análises e recomendações sobre o programa de financiamento federal da Atenção Primária, para apresentá-los de forma rápida e descomplicada aos gestores de saúde.

Saúde mental: É uma solução gratuita, voltada a apoiar a gestão dos serviços de saúde mental municipal. A partir de dados abertos, apresentam um panorama sobre o cuidado oferecido pela Rede de Atenção Psicossocial e sobre a relação desta com as demais redes de saúde que atendem demandas de saúde mental no município.

12 Gratuidades e voluntariados

Em atendimento à ITG 2002 (R1), a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. A ImpulsoGov também reconhece as doações de serviços recebidas pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

	2023	2022
Gratuidade serviços (a)	-	336.500
Voluntários	38.500	36.800
	<u>38.500</u>	<u>373.300</u>

(a) Referem-se a serviços de design para desenvolvimento do site Institucional.

13 Despesas gerais e administrativas

Sem restrição	2023	2022
Locação de máquinas e equipamentos	50.210	72.535
Hospedagens	105.493	71.272
Material de Consumo	8.727	51.803
Passagens	87.518	46.114
Outras Despesas Com Viagens	190	39.050
Fundo Saúde Mental	37.543	35.673
Lanches e Refeições	1.680	27.800
Cursos e Treinamentos	19.261	18.764
Teletrabalho (Fundo Home Office)	15.120	15.250
Condução	10.118	10.779
Aluguel	48.891	7.600
Apoio A Idioma	7.923	4.900
Marketing	13.011	-
Outras	12.679	11.532
	<u>418.364</u>	<u>413.072</u>

14 Despesas com serviços de terceiros

Sem restrição	2023	2022
Consultoria	951.865	707.320
Contabilidade	27.097	44.708
Serviços tomados	28.977	31.691
Licença de uso e software	87.832	28.775
Serviços jurídicos	31.278	23.339
Assessoria	12.271	20.900
Serviços administrativos	12.400	15.919
Outras	52.541	7.740
Assistência médica	78.790	4.523
	<u>1.283.051</u>	<u>884.915</u>

A seguir apresentamos a composição das despesas com serviços de terceiros e das atividades de projetos da entidade de verba restrita:

	Projeto Impulso Previne 2023	Projeto Saúde mental 2023	Total 2023
Consultoria	1.963.615	741.366	2.704.981
Contabilidade	11.638	9.848	21.486
Serviços tomados	3.469	-	3.469
Jurídico	14.555	9.462	24.017
Auditoria	42.590	-	42.590
Assistência Médica	79.645	30.821	110.466
Licença de uso e software	107.200	31.176	138.376
	<u>2.222.712</u>	<u>822.673</u>	<u>3.045.385</u>
	<u>Projeto Impulso Previne 2022</u>	<u>Projeto Saúde mental 2022</u>	<u>Total 2022</u>
Consultoria	1.126.101	446.615	1.572.716
Contabilidade	60.146	-	60.146
Serviços tomados	25.729	9.105	34.834
Jurídico	18.827	-	18.827
Assessoria	5.760	-	5.760
	<u>1.236.563</u>	<u>455.720</u>	<u>1.692.283</u>

15 Despesas com pessoal

Sem restrição	2023	2022
Pró-labore	384.015	229.311
Benefícios	147.362	204.972
INSS	77.487	46.532
Autônomos	3.434	-
Estagiários	64.416	42.140
Férias	-	1.039
Outras despesas	120	-
	<u>676.834</u>	<u>523.994</u>

16 Resultado financeiro

	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	271.746	278.426
Descontos Obtidos	274	-
Outras Receitas Financeiras	835	-
Receitas financeiras	<u>272.855</u>	<u>278.426</u>
Tarifas Bancárias	(2.342)	(2.447)
IRRF aplicações Financeiras	(28.161)	(3.516)
Outras despesas financeiras	(14.634)	(5.126)
Despesas financeiras	<u>(45.137)</u>	<u>(11.089)</u>
Resultado financeiro	<u>227.718</u>	<u>267.337</u>

17 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

18 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2023.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)

CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza).

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

* * *

Isabel Bichucher Opice
Presidente

João Moraes Abreu
Vice Presidente

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP267754/0-2